

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 2 | Nº 4 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3908689>



RESPONSABILIDADE SOCIAL: SENSO CRÍTICO VERSUS COVID-19

Ronualdo Marques¹

Resumo

Este ensaio versa sobre a responsabilidade social diante das demandas do conviver em sociedade diante da pandemia do COVID-19. No ensaio aponta-se a necessidade de fomentar as ações que promovam o senso crítico e minimizando as *fake news* que alarmam a população para um desacreditar na ciência, procurando assim apontar o papel do conhecimento empírico articular as reflexões sobre os conhecimentos que já possui aos novos, num processo permanente que favoreça a apreensão crítica da realidade.

Palavras-chave: COVID-19; isolamento social; responsabilidade social; senso crítico.

Abstract

This essay is about social responsibility in the face of the demands of living together in society in the face of the COVID-19 pandemic. The essay points out the need to foster actions that promote critical sense and minimize the fake news that alarms the population to discredit science, thus seeking to point out the role of empirical knowledge to articulate the reflections on the knowledge it already has to the new, in a permanent process that favors the critical apprehension of reality.

Keywords: COVID-19; critical sense; social isolation; social responsibility.

O novo coronavírus (SARS-CoV2), que se suplantou no final de 2019 na cidade de Wuhan na China emergiu e sequenciou uma pandemia. O vírus se propagou rapidamente de magnitude global (SENHORAS, 2020a; 2020b), fazendo (re)pensar hábitos de higiene pessoal e coletiva. De forma análoga, outras medidas de saúde pública importantes foram sendo implementadas para a contenção da disseminação do vírus, como a quarentena e o isolamento social.

Com o avanço eminente da COVID-19 no Brasil, diversas medidas de controle e prevenção da doença foram tomadas pelas autoridades sanitárias em diferentes esferas administrativas (governo federal, governos estaduais e municipais). Essas medidas se diferenciaram de uma região para outra do país, entretanto a medida mais difundida pelas autoridades foi à prática do distanciamento ou isolamento social recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O isolamento social sob orientação de órgãos públicos de saúde possibilita que os indivíduos permaneçam em seus domicílios, tendo pouco contato físico com outras pessoas externas, evadindo-se apenas em casos realmente necessários. Essa medida repercutiu, logo, no fechamento do comércio, indústria, além de interromper atividades de lazer, teatros, shows etc. E ainda, “unidades escolares, entre

¹ Pedagogo e doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email para contato: ronualdo.marques@gmail.com



elas, creches, escolas, escolas preparatórias e universidades, o que demandou formas alternativas de continuidade ao processo de ensino aprendizagem” (SENHORAS, 2020c; MARQUES, 2020).

Como resultado, grande parte da população brasileira apoiou e aderiu ao movimento do isolamento social com o objetivo de se prevenir da COVID-19 e de colaborar com a atenuação da curva de contágio no país. Contudo, a prática do isolamento social tem causado muitas polêmicas no país, uma vez que algumas autoridades mostram-se céticas quanto à sua eficácia. O fato é que a maior parte dos tomadores de decisão optou por incentivar essa medida. Como resultado, grande parte da população brasileira apoiou e aderiu ao movimento do isolamento social com o objetivo de se prevenir da COVID-19 e de colaborar com a atenuação da curva de contágio no país (BEZERRA *et.*, 2020).

A divergência de ideias tende a deixar a população muito confusa com o excesso de informações ou ainda com as *fake news* disseminadas nas redes sociais, além de impactar a vida e a rotina de toda sociedade, o excesso de informação com essas notícias tendem a levar a sociedade a um processo paulatino de alienação. Diariamente, os meios de comunicação em rede são capazes de “re”produzir informações de fontes confiáveis e, por vezes, não confiáveis. Momentos como o que passamos provam que pessoas, de forma individual ou coletiva, se empoderam, produzem e reproduzem informações, sem o devido “filtro”, com várias justificativas para suas ações que vão desde a solidariedade até projetos pessoais de crescimento profissional (CUBAS, 2020, p. 1) ou ainda pela ineficácia de racionalizar afetando o seu senso crítico.

Isto posto, temos que um dos problemas mais notórios dessas notícias falsas, veiculadas em meios de comunicação de fácil acesso, é a banalização do conteúdo que abordam. No decorrer do compartilhamento e com a visualização repetida das temáticas debatidas nas notícias falsas, o indivíduo adquire a tendência de banalizar o que tem sido dito. Desta forma, ao diminuir seu senso crítico frente a estas notícias, acaba aceitando-as como verdadeiras (DE MATOS, 2020, p. 3).

Este problema se torna ainda mais significativo, uma vez que, frente a pandemia, certas atitudes errôneas podem comprometer amplamente a saúde coletiva. Dessa forma, gera-se perda da eficácia de medidas preventivas (como o afastamento social) e/ou são gerados falsos alardes ou falsas esperanças para o leitor.

Nesse contexto de pandemia, é preciso como sujeitos atuantes em sociedade ou que tem poder de inferir na vida de outras pessoas possa-se assumir a “capacidade de analisar e discutir problemas inteligente e racionalmente, sem aceitar, de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias, é um indivíduo dotado de senso crítico” (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 137).

O sujeito menos exigente consigo mesmo tende a limitar as interpretações às suas próprias perspectivas ou àquelas que satisfaçam as exigências mínimas. Destarte, é preciso honestidade



intelectual o que significa estar disposto a reformular posições diante de novas informações, a questionar suas próprias opiniões e a questionar posições que constituem “modas intelectuais”. Uma atitude de curiosidade intelectual implica em adotar perspectivas múltiplas, para examinar as questões sob várias óticas (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 138).

Cabe ressaltar que a criticidade não deve ser permeada por tensões nem conflitos, mas ela deve se fundamentar na serenidade das argumentações maduras, pois no momento em que o sujeito se posiciona de forma crítica sua individualidade deve ser respeitada e a individualidade das outras pessoas também, uma vez que o senso crítico precisa garantir a convivência harmoniosa entre os diferentes sujeitos.

Nesse sentido, Carraher (2011) afirma que o sujeito crítico não é um polivalente que entra em qualquer campo para elucidar suas questões fundamentais. Cada campo tem suas próprias premissas, o seu próprio "bom senso", suas próprias perspectivas. Por outro lado, precisa desenvolver rigor na comunicação de suas ideias e em seu próprio raciocínio. Precisa desenvolver a capacidade de refletir sobre suas próprias ideias e observações, controlando o impulso de suas ideias e de aceitar sua intuição ou primeira avaliação dos fenômenos de modo pouco crítico, precisa analisar suas ideias e as de outras pessoas para poder melhorar o seu conhecimento (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 140).

Contudo, no momento de incertezas e dúvidas ocasionadas pela demasia de informações, temos que pontuar a importância do combate a informações errôneas propagadas para confundir ainda mais a população que carecem ou buscam por informações seguras, pois o acesso à informação tem um papel importante para diminuição da vulnerabilidade individual e coletiva. O que quero trazer à tona é a incapacidade que possuímos, como humanos, para processar informações excessivas e contraditórias, de modo a organizá-las para posterior uso de forma assertiva. Tal incapacidade é potencializada quando temos um cenário calamitoso e de risco, como o que vivenciamos em que o medo e a insegurança são pontos de partida para tomada de decisões (CUBAS, 2020, p. 1).

Dessa forma, é importante também considerar sobre a responsabilidade social como indivíduos que formam uma sociedade. Dessa forma, a responsabilidade social caracteriza-se por atitudes e atividades baseadas em valores éticos e morais com o intuito de minimizar os impactos negativos que as organizações, grupos, informações causam ao ambiente em que estão inseridos. Nesse sentido ainda podemos depreender sobre “atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados (no sentido positivo) ou proibidos (no sentido negativo) por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis” (ASHLEY, 2005, p. 5).

Durham (2005) ressalta, ainda, a importância do envolvimento consciente e comprometido de todos os sujeitos para concretizar as transformações que a natureza e a sociedade precisam quanto ao seu



cuidado, preservação e manutenção da qualidade do ambiente bem como as relações nelas existentes. Temos que o indivíduo, em sua essência, é um ser dotado de livre-arbítrio e, como tal, possui capacidade de fazer opções, de definir sua escala de valores, de tornar-se sujeito e agente de sua própria história. Sendo assim, aponto a educação sistematizada como um instrumento valioso que pode propiciar ao ser humano a capacidade de potencializar suas capacidades e hierarquizar seus valores, fazendo uso adequado de sua liberdade (GUIMARÃES, 2000).

À educação, portanto, cabe transmitir saberes e saber-fazer numa visão evolutiva e não apenas acumular determinada quantidade de conhecimentos e sentir-se infinitamente completo. É necessário aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todos os momentos de modernizar, aprofundar e enriquecer seus conhecimentos acumulados e de se adaptar ao mundo em mudança (DELORS, 2005).

Nesse contínuo, pode-se compreender que a relação entre meio ambiente e educação no contexto da pandemia para a consolidação da responsabilidade social e do senso crítico diante de tantas indeterminações. Mas é urgente que toda sociedade possa perceber que a educação assume um papel cada vez mais desafiador numa sociedade carente de novos saberes para transformar o patamar atual em que se encontra a sociedade diante de um inimigo invisível que deixa marcas profundas por onde passa. Jacobi (2005, p. 29) relata, ainda: a educação deve se orientar de forma decisiva para formar as gerações atuais não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir, num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação.

Arrematando esse ensaio ressalta-se que deve existir a preocupação em estabelecer, em todos os contextos sociais, a compreensão do respeito à sociedade com enfoque na perspectiva de transformação social e na formação de cidadãos críticos, humanizados e emancipados e com isso fomentar para a construção de uma sociedade que tenha por premissa uma nova postura e que busquem a construção crítica, analítica e científica deste conhecimento, socializando-os de maneira segura, verídica e autêntica entre os sujeitos envolvidos no processo de aquisição e transmissão de informações.

REFERÊNCIAS

ASHELY P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Editora Saraiva. 2002.

BEZERRA, A. C. V. *et al.* “Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19”. **Ciências e saúde coletiva**, vol. 25, n. 6, 2020.

CARRAHER, D. W. **Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas**. 9ª edição. São Paulo: Pioneira, 2011.



CUBAS, M. R. “Excesso de informação é alienante?” **Journal of Health Informatics**, vol. 12, n. 1, 2020.

DE MATOS, R. “Fake news frente a pandemia de COVID-19”. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, vol. 8, n. 2, 2020.

DELORS, J. **Educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DURHAM, E. “A responsabilidade social das instituições de ensino superior”. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, vol. 22, n. 34, abril, 2005.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um embate?** 5ª edição. São Paulo: Papirus, 2000.

JACOBI, P. “Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão”. *In*: CAVALCANTE, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARQUES, R. “A ressignificação da educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de pandemia da COVID-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

MARQUES, R.; XAVIER, C. R. “Análise do Senso Crítico em uma Sequência Didática na Educação Ambiental”. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, vol. 35, n. 1, 2018.

SENHORAS, E. M. “Novo coronavírus e seus impactos econômicos mundo”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 2, 2020a.

SENHORAS, E. M. “A pandemia do novo coronavírus no contexto da cultura pop zumbi”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020b.

SENHORAS, E. M. “Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020c.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 2 | Nº 4 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima